

Termo de Referência 5/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2023	158885-IFES - CAMPUS CENTRO SERRANO	IRIA BULLERJAHN	21/12/2023 14:52 (v 1.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90014/2022	23544.000493 /2023-31

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO, de forma continuada, com motoristas e veículos automotores, tipo ônibus, micro-ônibus e van, a serem executados com percursos e itinerários estabelecidos previamente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Centro-Serrano, sob responsabilidade da empresa contratada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
Rota: Santa Maria de Jetibá						
Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses) (A)	Valor de Referência (R\$)	
					Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Global (R\$) (A x B) = (C)
1	Ônibus	2508-9	Km	70.000	10,62	743.400,00
2	Van	2508-9	Km	18.000	8,79	158.220,00
Valor Total (R\$)						901.620,00

GRUPO 2						
Rota: Santa Leopoldina						

Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses) (A)	Valor de Referência (R\$)	
					Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Global (R\$) (A x B) = (C)
3	Ônibus	2508-9	Km	39.000	10,35	403.650,00
4	Van	2508-9	Km	18.000	8,79	158.220,00
<b>Valor Total (R\$)</b>						<b>561.870,00</b>

GRUPO 3						
Rota: Domingos Martins						
Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses) (A)	Valor de Referência (R\$)	
					Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Global (R\$) (A x B) = (C)
5	Micro-ônibus	2508-9	Km	61.500	8,99	552.885,00
6	Van	2508-9	Km	18.000	8,11	145.980,00
<b>Valor Total (R\$)</b>						<b>698.865,00</b>

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviços de transporte escolar diário, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10838653000106-0-000019/2023
- II. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III. Id do item no PCA: 4
- IV. Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO'
- V. Identificador da Futura Contratação: 158885-90013/2022

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em relação aos veículos que serão utilizados:

4.1.1 Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.2 Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.3 Ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

##### Subcontratação

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.2.1 É vedada a subcontratação dos serviços contratados a partir desta licitação, sendo permitida a locação de veículos de terceiros para atender as necessidades decorrentes de urgência ou emergências que tornem o veículo utilizado para transporte inoperante, sob a responsabilidade da Contratada, sendo que a ausência de comunicação da troca de veículo, implicará em cometimento de infração, acarretando penalidades conforme previsto no Contrato, Edital e Termo de Referência..

##### Garantia da contratação

4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.5 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08:30 às 11:30.

4.6 Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.1 O agendamento deverá ser via e-mail no endereço [clc.cs@ifes.edu.br](mailto:clc.cs@ifes.edu.br) da coordenadoria de Licitações e Compras.

4.7.2 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria prévia, terá de atestar que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato. A licitante deve ter atenção quanto à localização do campus em virtude de estar localizado em uma zona rural, com estradas não pavimentadas. (Anexo VI)

4.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Características dos veículos a serem utilizados:**

**Ônibus:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 44 passageiros;

**Micro-ônibus:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 28 passageiros;

**Van:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 15 passageiros;

4.9 Em relação à apresentação (equipamentos, peças), devem possuir:

4.9.1 cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, de acordo com a legislação;

4.9.2 equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);

4.9.3 apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta, conforme legislação;

4.9.4 lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

4.9.5 extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

4.9.6 limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;

4.9.7 dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;

4.9.8 pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);

4.9.9 portas e janelas em perfeito estado de funcionamento;

4.9.10 demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo – DETRAN/ES.

4.10 Os veículos devem ainda:

4.10.1 ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas;

4.10.2 encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpos, não ter assentos danificados e não apresentar rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;

#### DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

4.11 Em relação aos **condutores**, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos na assinatura do Contrato, sempre que solicitado pela Administração ou quando houver alteração:

a) CNH de cada motorista na categoria D;

b) Carteira de condutor para transporte escolar emitida pelo DETRAN/ES, conforme Termo de Referência;

b.1) A critério da Administração, poderá ser solicitado o Certificado de participação no curso de Transporte de Escolares, fornecido pelo DETRAN/ES, de cada condutor.

c) Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada de cada motorista que comprove o vínculo trabalhista, exceto no caso de Cooperativas;

4.12 Em relação às **Cooperativas**, devem ser apresentados ainda os seguintes documentos na assinatura do Contrato, sempre que solicitado pela Administração ou quando houver alteração:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados OU apresentação mensal do recolhimento da contribuição previdenciária durante execução do contrato.

c) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

d) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

4.13 Em relação aos **veículos** a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos na assinatura do Contrato, sempre que solicitado pela Administração ou quando houver alteração:

a) Certificado de vinculação ao serviço CETURB/ES do veículo, que autoriza o transporte intermunicipal no Estado do Espírito Santo;

b) Termo de Autorização para transporte de Escolares DETRAN/ES do veículo, que autoriza o transporte de escolares no Estado do Espírito Santo;

c) CRVL do veículo que comprove os requisitos em relação ao tipo, a idade e capacidade de passageiros solicitada;

d) Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos materiais, bem como seguro de acidente pessoal de passageiros, com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse. O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações e valores e deve ser utilizado como referência, no mínimo, a tabela divulgada pela CETURB/ES (observar sempre a tabela vigente):

I) danos corporais e/ou materiais causados a passageiros: valor mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II) morte e invalidez: valor mínimo R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



TABELA II - VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023				
CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28
VRTE'S	44.269	70.831	123.954	221.347
VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR VEÍCULO	190.184,05	304.297,06	532.518,78	950.928,85

VRTE 2023  
= 4,2961

OBS: Valor de referência do Tesouro Estadual - VRTE para o exercício de 2023 alterado conforme Decreto Nº 5.250-R de 21/12/2022

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: junto com o início do ano letivo de 2024 ou 3 dias úteis contados da ordem de serviço.

5.2.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão detalhados no Termo de Estudos Preliminares.

#### Local da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço Estrada Guilherme João Frederico Kruger, s/nº – Caramuru – 29.645-000, Santa Maria de Jetibá/ES.

#### Veículos a serem disponibilizados para o início da execução dos serviços

5.3 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os veículos necessários para cada rota, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1 Rota Santa Maria de Jetibá 4 (quatro) veículos tipo ônibus com motorista.

5.3.2 Rota Santa Leopoldina 2 (dois) veículos tipo ônibus com motorista;

5.3.3 Rota Domingos Martins 3 (três) veículos tipo micro-ônibus com motorista.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1 Aproximadamente 200 dias letivos, podendo haver sábados letivos.

5.4.2 Horário das aulas de segunda a sexta, das 08:00 às 16:40.

5.4.3 Horário das aulas nos sábados, das 07:30 às 13:00.

5.4.4 Esses horários são apenas indicativos e poderão ser alterados pela Administração.

5.4.5 O ISS do Município de Santa Maria de Jetibá para o serviço de transporte municipal é de 5%.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I – Apêndice II – IMR.**

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Atendimento aos requisitos legais exigidos para a execução do serviço de transporte escolar

7.3.2 Tempo de resposta às solicitações da Contratante

7.3.3 Alocação de veículos em conformidade com o exigido

7.3.4 Qualidade dos serviços prestados:

a) Comunicação imediata à Administração de qualquer anormalidade verificada no percurso

b) Limpeza dos veículos

c) Respeito, cortesia e cordialidade dos motoristas ao lidar com alunos, pais e servidores

d) Pontualidade na chegada e saída do local de aulas e do ponto inicial

e) Atendimento às orientações e procedimentos determinados pela Administração

f) Não realização de paradas durante o trajeto não autorizadas pela Administração

#### **Do recebimento**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.20 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V(I - I_0 / I_0)$$

Onde:

R – é o valor do reajuste procurado;

V – é o valor da parcela a ser reajustada;

I – é o Índice relativo ao mês do reajuste (mês que foi efetuado o pagamento); e

$I_0$  – é o Índice relativo ao mês de ateste dos serviços.

#### **Forma de pagamento**

7.22 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.26 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Exigências de habilitação**

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.16 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.18 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.19 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social

mínimo conforme dados solicitados pela Ceturb/ES, de acordo com o quantitativo de veículos do Grupo ou somatório dos Grupos nos quais o licitante concorre.

TABELA I - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023					
CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28	MÁXIMO EXIGÍVEL
VRTE'S	6.000	9.000	10.000	12.000	120.000
VALOR DO CAPITAL SOCIAL POR VEÍCULO	25.776,60	38.664,90	42.961,00	51.553,20	515.532,00

VRTE 2023 = 4,2961

8.20 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.21 O balanço patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

#### Qualificação Técnica

8.22 Comprovação de **regularidade, da empresa e de cada veículo que será utilizado, com os órgão competentes**, no momento da licitação:

8.22.1 Certificado de registro CETURB/ES em nome da Empresa, que a autoriza a executar os serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Espírito Santo;

8.22.3 Certificado de vinculação ao serviço CETURB/ES do veículo, que autoriza o transporte intermunicipal no Estado do Espírito Santo;

8.22.4 Termo de Autorização para transporte de Escolares DETRAN/ES do veículo, que autoriza o transporte de escolares no Estado do Espírito Santo;

8.22.5 CRVL do veículo que comprove os requisitos em relação ao tipo, a idade e capacidade de passageiros solicitada;

8.22.6 Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos materiais, bem como seguro de acidente pessoal de passageiros, com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse. O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações e valores e deve ser utilizado como referência, no mínimo, a tabela divulgada pela CETURB/ES:

I) danos corporais e/ou materiais causados a passageiros: valor mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II) morte e invalidez: valor mínimo R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

TABELA II - VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023

CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28
VRTE'S	44.269	70.831	123.954	221.347
VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR VEÍCULO	190.184,05	304.297,06	532.518,78	950.928,85

VRTE 2023 = 4,2961

OBS: Valor de referência do Tesouro Estadual - VRTE para o exercício de 2023 alterado conforme Decreto Nº 5.250-R de 21/12/2022

8.23 Comprovação de **aptidão para prestação dos serviços** em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.23.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.23.2 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

8.23.3 Nos atestados poderão conter os termos: "transporte escolar" ou "fretamento contínuo de transporte de pessoas", ou similar, desde que se trate de transporte de pessoas;

8.23.4 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 6 (seis) meses na prestação dos serviços;

8.23.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados quando solicitados, conforme orientação sobre o item 10.10 do Anexo VII-A da IN 5/2017

8.24 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.24.1 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.24.2 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.24.3 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:0

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
- e) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.24.4 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.162.355,00

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **2.162.355,00** (dois milhões, cento e sessenta e dois mil e trezentos e cinquenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na Tabela do Item 1 - Definição do Objeto.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26406/158885

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.33

V) Plano Interno:

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IRIA BULLERJAHN**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 21/12/2023 às 14:52:20.*

**ADEMAR CIRILO ALTOE JUNIOR**

Equipe de apoio



**ELIANE OLIVEIRA ALEXANDRE**

Equipe de apoio

**HELEN GUERRA JACCOUD**

Equipe de apoio

**SILVANA GASPERASSO**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 03. Anexo I\_Apêndice I\_ETP\_2023.pdf (959.02 KB)
- Anexo II - 03. Anexo I\_Apêndice II\_IMR.pdf (2.18 MB)

**Anexo I - 03. Anexo I\_Apêndice I\_ETP\_2023.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 6/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23544.000493/2023-31

## 2. Descrição da necessidade

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem o objetivo de atender a necessidade de deslocamento de ida e volta, de segunda a sábado, dos alunos do *campus* Centro-Serrano do Ifes, de suas residências ao local de aulas, durante o ano letivo. Assim, a Equipe de Planejamento procurou evidenciar o problema a ser resolvido e apresentar a melhor solução dentre as possíveis.

2.2 O Ifes Campus Centro-Serrano não possui veículos próprios apropriados para o transporte escolar, bem como profissionais capacitados para a prestação do serviço. Além disso, está localizado em região rural, não dispondo de qualquer meio de transporte público diário.

2.3 Os benefícios resultantes da contratação estão ligados a manutenção e garantia aos alunos do direito à igualdade de condições para o acesso e permanência nos espaços escolares.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Ensino	Diones Augusto Ribeiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A presente contratação deverá obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, das Instruções de Serviço n.º 74 de 23/12/2014 e 93 de 23/06/2016 do DETRAN/ES – e suas alterações, das Resoluções do CONATRAN e demais normas vigentes.

4.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, e serão disciplinadas no edital e anexos.

4.3 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital e anexos. Sugere-se, para essa qualificação, caso a licitante não atinja os índices estabelecidos no Edital e no Termo de Referência a solicitação dos seguintes valores de capital social, conforme também são solicitados pela Ceturb/ES.

### VALORES DE CAPITAL SOCIAL E DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVEL – 2023

TABELA I - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023					
CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28	MÁXIMO EXIGÍVEL

VRTE'S	6.000	9.000	10.000	12.000	120.000
VALOR DO CAPITAL SOCIAL POR VEÍCULO	25.776,60	38.664,90	42.961,00	51.553,20	515.532,00

VRTE 2023 = 4,2961

#### 4.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.4.1 Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.4.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.4.1.2 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

4.4.1.3 Nos atestados poderão conter os termos: "transporte escolar" ou "fretamento contínuo de transporte de pessoas", ou similar, desde que se trate de transporte de pessoas;

4.4.1.4 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 6 (seis) meses na prestação dos serviços;

4.4.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados quando solicitados, conforme orientação sobre o item 10.10 do Anexo VII-A da IN 5 /2017

4.4.2 Comprovação de regularidade, da empresa e de cada veículo que será utilizado, com os órgão competentes, no momento da licitação:

4.4.2.1 Certificado de registro CETURB/ES em nome da Empresa, que a autoriza a executar os serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Espírito Santo;

4.4.2.2 Certificado de vinculação ao serviço CETURB/ES do veículo, que autoriza o transporte intermunicipal no Estado do Espírito Santo;

4.4.2.3 Termo de Autorização para transporte de Escolares DETRAN/ES do veículo, que autoriza o transporte de escolares no Estado do Espírito Santo;

4.4.2.4 CRVL do veículo que comprove os requisitos em relação ao tipo, a idade e capacidade de passageiros solicitada;

4.4.2.5 Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos materiais, bem como seguro de acidente pessoal de passageiros, com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse. O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações e valores e deve ser utilizado como referência, no mínimo, a tabela divulgada pela CETURB/ES:

I) danos corporais e/ou materiais causados a passageiros: valor mínimo R\$ 5.000,00(cinco mil reais);

II) morte e invalidez: valor mínimo R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

TABELA II - VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023				

CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28
VRTE'S	44.269	70.831	123.954	221.347
VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR VEÍCULO	190.184,05	304.297,06	532.518,78	950.928,85

VRTE 2023 = 4,2961

OBS: Valor de referência do Tesouro Estadual - VRTE para o exercício de 2023 alterado conforme Decreto Nº 5.250-R de 21/12/2022

#### 4.5 Características dos veículos a serem utilizados:

4.5.1 **Ônibus:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 44 passageiros;

4.5.2 **Micro-ônibus:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 28 passageiros;

4.5.3 **Van:** Máximo de 15 anos de fabricação e capacidade mínima de 15 passageiros;

#### 4.6 Em relação à apresentação (equipamentos, peças), devem possuir:

4.6.1 cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros, de acordo com a legislação;

4.6.2 equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);

4.6.3 apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta, conforme legislação;

4.6.4 lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

4.6.5 extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

4.6.6 limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;

4.6.7 dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;

4.6.8 pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);

4.6.9 portas e janelas em perfeito estado de funcionamento;

4.6.10 demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo – DETRAN/ES.

4.6.11 ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas;

4.6.12 encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpos, não ter assentos danificados e não apresentar rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;

#### 4.7 Em relação aos condutores, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) CNH de cada motorista na categoria D;

b) Carteira de condutor para transporte escolar emitida pelo DETRAN/ES, conforme Termo de Referência;

b.1) A critério da Administração, poderá ser solicitado o Certificado de participação no curso de Transporte de Escolares, fornecido pelo DETRAN/ES, de cada condutor.

c) Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada de cada motorista que comprove o vínculo trabalhista;

4.7.1 Os condutores devem ainda:

a) Ter idade superior a 21 anos;

b) Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;

c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

d) Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;

e) Possuir matrícula específica no Detran ou Capitania dos Portos;

f) Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses;

g) Apresentar certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Estado do Espírito Santo e Certidão Negativa Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, conforme exigência prevista no artigo 329 do CTB;

h) Estar devidamente uniformizado, identificado (identidade pessoal e/ou funcional), asseado e com aparência pessoal adequada;

i) Portar rádio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante. Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V do Código Nacional de Trânsito.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Nessa seção foram descritas as soluções encontradas pela Equipe de Planejamento, bem como comentários sobre cada uma.

5.2 Uma primeira solução seria formar parcerias ou convênios com as prefeituras locais para o transporte dos alunos ou para prestação de serviço de transporte público. Essa alternativa ultrapassa a competência dessa Equipe de Planejamento, mas está em discussão pela Diretoria do campus com os prefeitos e secretários de educação locais.

5.3 A segunda solução encontrada seria o transporte ser efetuado diretamente pelo Ifes, com aquisição de veículos e contratação de motoristas por meio de terceirização, considerando que o campus não dispõe em seu quadro desse profissional.

5.4 Os valores e especificações de veículos que atenderiam a demanda, e considerando que poderiam ser adquiridos são aqueles licitados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme Atas de Registro de Preços de 2023 cujos valores e descrição estão na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1 - Custos estimados com aquisição de veículos**

Item	Valor Registrado na Ata (R\$)	Quant.	Total
Ônibus Rural Escolar - ORE 3: ônibus adequado ao transporte de estudantes do ensino básico na zona rural, indicado para uso em vias pavimentadas e não pavimentadas, que estão em condições precárias de trafegabilidade, equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e	469.499,00	6	2.816.994,00

desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.(Capacidade de passageiros 59 + condutor)			
Ônibus Rural Escolar - ORE 1 (4x4): ônibus com tração nos 4 rodados (eixo traseiro e eixo dianteiro), com comprimento total máximo de 7.500 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 2.040 kg, com capacidade mínima de 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudantes com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.	581.878,00	3	1.745.634,00
<b>Total</b>			<b>4.562.628,00</b>

5.5 Considerando o orçamento atual do campus, esse valor se torna inviável no momento, pois demandaria de recurso especial para tal aquisição. Além desse valor, recairiam custos como a manutenção dos veículos, o combustível, licenciamento, seguro; contratação dos motoristas (terceirização), com salários, benefícios e encargos, custos operacionais; e custos administrativos e técnicos da empresa e lucro associado à contratação. Além da atualização periódica de frota, quando os veículos se tornarem obsoletos.

5.6 Assim, essa equipe considerou mais vantajosa a terceirização total (veículos e motoristas), com empresa especializada na prestação do serviço de transporte escolar, pois:

- a) Serão de responsabilidade da empresa contratada os custos relativos a taxas, alvarás, manutenções, combustíveis e lubrificantes, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, despesas por acidente de trabalho e quaisquer outras indenizações referentes ao profissional disponibilizado para prestação dos serviços, inclusive uniformes, instrumentos e equipamentos necessários à execução do objeto, bem como, alimentação e hospedagem no período de cada viagem, e outras despesas decorrentes da execução do Contrato.
- b) Há a indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional, bem como dos veículos indispensáveis para execução dos serviços;
- c) Será exercida por empresa especializada devidamente habilitada e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;
- d) Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra, que possibilitam maior eficiência no desenvolvimento de ações preventivas;
- e) Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra por parte do Ifes;
- f) Os padrões definidos pela Administração que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados; e
- g) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

5.7 Por tratar-se de serviço de transporte escolar, a Equipe de Planejamento baseou os estudos na INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DETRAN Nº 93, DE 23 DE JUNHO DE 2016, que considera:

“Transporte Escolar, para efeito desta Instrução de Serviço, aquele executado conforme condições estabelecidas pelas partes, mediante contrato formal, sem cobrança individual de tarifa, destinado, quando em atividade, ao transporte de estudantes da rede de ensino público e privado, matriculados na educação infantil, fundamental, médio e superior, em estabelecimentos de ensino regular e técnico, de suas residências às escolas e vice-versa, com horário e itinerário previamente determinado, observado a legislação contida no



Código de Trânsito Brasileiro, nas Instruções de Serviço expedidas pelo DETRAN/ES e pela respectiva municipalidade."

5.8 O tipo de serviço objeto deste estudo é caracterizado como COMUM, em razão da natureza do mesmo, o qual é facilmente delimitado, sendo oferecido por diversas empresas no mercado. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades e pela última contratação realizada pelo próprio campus, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem as necessidades da Administração.

5.9 Para a contratação de serviços de transporte escolar, com disponibilização de veículo e condutor, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

5.10 No que tange ao mercado de transporte escolar, verifica-se a existência de algumas empresas e cooperativas que prestam o serviço na região do Ifes Campus Centro-Serrano, conforme apontado na tabela 2. Tem-se que a lista, não exaustiva, apresenta boa quantidade de possíveis fornecedores, indicando pela competitividade natural do mercado, variável relevante na obtenção de preços adequados ante a contratação.

**Tabela 2 – Lista de Fornecedores**

Fornecedor	CNPJ	Município
Canal Transportes	04.899.679/0001-53	Domingos Martins
Lua Azul Transp. e Turismo	07.018.024/0001-17	Domingos Martins
Pizzol Turismo	09.148.144/0001-64	Domingos Martins
Cooperativa de Transportes Serra Verde	05.507.219/0001-03	Domingos Martins
Brandão Turismo	16.749.877/0001-10	Santa Maria de Jetibá
Coopetranserrana	04.853.251/0001-70	Santa Maria de Jetibá
Cooperativa de Transporte dos Imigrantes	05.507.230/0001-65	Santa Leopoldina
Transferro	02.949.528/0001-37	Santa Leopoldina
CooperMontanhas	06.154.160/0001-71	Marechal Floriano
Transporte D'ávila	00.547.373/0001-87	Santa Teresa

5.11 Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições sociais, a fim de definir a solução mais adequada e preservar a relação custo-benefício, porquanto a natureza dos serviços é comum.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 Prestação, de forma contínua, de serviços de transporte escolar, com motoristas e em veículos automotores, tipo ônibus, micro-ônibus e van, a serem executados com percursos e itinerários estabelecidos previamente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Centro-Serrano.

6.2 O início do serviço deverá ocorrer na data estipulada em contrato, com previsão para o início junto com o ano letivo de 2024.

6.3 Para a confecção da proposta, deverá ser considerado para o ano letivo de 2024:

6.3.1 Aproximadamente, 200 dias letivos, podendo haver sábados letivos;

6.3.2 Horário das aulas de segunda a sexta-feira: das 08:00 às 16:40;

6.3.3 Horário das aulas nos sábados: 07:30 às 13:00;

6.3.4 Esses horários são apenas indicativos e poderão ser alterados pela Administração.

6.3.5 O ISS do Município de Santa Maria de Jetibá para o serviço de transporte municipal é de 5%

6.4 Trata-se da prestação de serviço sob demanda, portanto, o serviço poderá ser interrompido durante a vigência do Contrato por interesse da Administração ou caso fortuito.

6.5 Os atuais itinerários estão relacionados na Tabela 3, do item 7 do presente ETP, com suas respectivas distâncias em quilometragem entre o primeiro embarque e o Campus Centro-Serrano, e o tipo de veículo atualmente usado.

6.6 Os itinerários e horários são definidos conforme necessidade da Administração, podendo ser alterados de comum acordo com a Contratada e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos.

6.7 Para efeito de início da contagem da quilometragem será considerada a saída dos veículos do Campus ou de outro ponto de referência a ser definido pela Administração. O Ifes Campus Centro-Serrano não garante uma quantidade mínima de quilômetros rodados por mês.

6.8 A prestação dos serviços dar-se-á de forma a acompanhar a jornada escolar, conforme os dias letivos. Quando necessário e desde que previamente solicitado em tempo hábil, será prestado também nos casos de reposição de aulas, reforço/recuperação escolar, ou na ocorrência de atividades extracurriculares, não havendo acréscimo do preço unitário do Km contratado.

6.9 A Contratante deve requisitar a troca de tipo de veículo ou a inclusão de novo veículo com antecedência de 15 dias corridos, conforme necessidade da Administração Pública.

6.10 Para fins de prestação de serviços, durante a execução do contrato, a Contratada deverá observar as seguintes normas em relação aos condutores:

6.10.1 Comparecer, imediatamente, sempre que convocados, ao local designado pela Contratante, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços.

6.10.2 Contactar regularmente o Gestor/Fiscal da Contratante, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços;

6.10.3 Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;

6.10.4 Cumprir integralmente as normas de trânsito vigentes e demais legislações correlatas ao serviço;

6.10.5 Não trabalhar após ter ingerido qualquer dose de bebida alcoólica ou de drogas e entorpecentes ou outra substância tóxica;

6.10.6 Não permitir que os estudantes fumem ou façam uso de bebida alcoólica ou qualquer outra droga ou entorpecente lícito ou ilícito durante o expediente de trabalho ou dentro do veículo;

- 6.10.7 É expressamente proibido dar carona ou transportar pessoas alheias ao meio estudantil, exceto aquelas devidamente autorizadas pelo Ifes;
- 6.10.8 Manter em boas condições de higiene e limpeza os veículos com que trabalham;
- 6.10.9 Devem coibir e, se for o caso, denunciar eventuais atos de bullying que, porventura, percebam ou tenham conhecimento;
- 6.10.10 Conduzir o veículo com segurança e responsabilidade respeitando os limites de velocidade para prevenir acidentes ou situações de risco no trânsito;
- 6.10.11 Fechar as portas do veículo e deslocar-se somente quando todos os estudantes estiverem acomodados no veículo, inclusive o motorista, com cinto de segurança;
- 6.10.12 Cumprir rigorosamente todas as rotas de itinerário para o embarque e desembarque dos estudantes, respeitando os horários para evitar que os estudantes cheguem atrasados ou muito antes do horário de início das aulas;
- 6.10.13 Não permitir que escolares sejam transportados em pé, no banco dianteiro, em locais inadequados ou sem o uso do cinto de segurança.
- 6.10.14 Não se dirigir aos estudantes, exceto para trato de assuntos inerentes ao transporte escolar ou melhoria deste;
- 6.10.15 Caso sofra algum tipo de ameaça ou agressão, deverá registrar no Ifes a ocorrência e em seguida no Conselho Tutelar ou na Delegacia de Polícia;
- 6.10.16 Respeitar os estudantes, seus pais, bem como servidores e terceirizados do Ifes;
- 6.10.17 Em caso de porte por usuários de objetos que oferecerem riscos, deve recolher e apresentar à empresa prestadora do serviço que deverá informar o ocorrido à escola para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- 6.10.18 Conduzir os veículos até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- 6.10.19 Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e desembarque de passageiros;
- 6.10.20 Acompanhar o embarque e desembarque dos estudantes nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros;
- 6.10.21 Recolher, guardar e posteriormente entregar em no máximo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo;
- 6.10.22 Orientar os estudantes, coibindo qualquer comportamento inadequado durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em risco;
- 6.10.23 Não se ausentar do veículo quando estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança dos mesmos;
- 6.10.24 Não abastecer o veículo quando estiver conduzindo os estudantes;
- 6.10.25 Não conduzir veículos com excesso de lotação;
- 6.10.26 Não dirigir veículo em velocidade acima da estabelecida pela sinalização da via, ou em velocidade incompatível com as condições de segurança do local;
- 6.10.27 Não dirigir o veículo estando com carteira de habilitação suspensa ou cassada na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- 6.10.28 Manter uma listagem atualizada com o nome, endereço e telefone dos pais e estudantes, que utilizam o transporte do veículo em que trabalha e não disponibilizar os contatos a terceiros;
- 6.10.29 Manter o controle de embarque e desembarque dos estudantes nos pontos correspondentes a sua linha, só podendo ser deixado em outro local quando solicitado por escrito pelos pais e/ou responsáveis e autorizado por escrito pela escola;

6.11 Os serviços prestados deverão estar em acordo com a legislação vigente, e, em especial:

6.11.1 Lei 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro: Capítulo XIII – Da conduções de Escolares:

“Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I – registro como veículo de passageiros;

II – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com odístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V – lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI – cintos de segurança em número igual à lotação;

VII –outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONATRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I – ter idade superior a vinte e um anos;

II – ser habilitado na categoria D;

III – VETADO;

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima nos 12 (doze) últimos meses;

V – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.”

6.11.2 Resolução n.º 504, DE 29/10/2014 – Conselho Nacional de Trânsito (CONATRAN) - Dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares.

6.11.3 Instrução de Serviço n.º 93, de 23 de junho de 2016, alterada pela Instrução de Serviço nº 194 de 22/09/2017 - Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Detran/ES) - Estabelece critérios para emissão no que diz respeito o art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro destinada aos veículos de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de serviço de transporte de escolares no âmbito do Estado do Espírito Santo, bem como para o registro de seus condutores e acompanhantes.

6.11.4 Lei 14.133/2021 - Que estabelece normas gerais de licitação e contratação;

6.11.5 Guia de Transporte Escolar do MEC - Contém normativos que disciplinam o transporte escolar, dicas preventivas, pré-requisitos do condutor e do veículo, dentre outras informações.

6.12 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

6.13 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.14 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6.15 A assinatura do contrato será realizada em até 05 (cinco) dias úteis depois da homologação do Pregão, podendo ser prorrogado, mediante apresentação de justificativa por parte da Licitante a ser aceita pela Administração.

6.16 A contratação do serviço terá o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 10 anos, a critério da administração, nos termos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Através de análises de contratos anteriores, bem como, da demanda a ser suprida foram estimados os tipos de veículos e as quantidades em Km necessários para a prestação dos serviços conforme tabela 3 a seguir:

**Tabela 3 – Rotas e distâncias – Demanda Atual (em km)**

Percursos/Trecho	Tipo de Veículo	Quant. de veículo	Km/dia (aprox.) p/ veículo
Santa Maria de Jetibá (Centro) x IFES x Santa Maria de Jetibá (Centro)	Ônibus	1	55
Santa Maria de Jetibá (Vila de Jetibá) x IFES x Santa Maria de Jetibá (Vila de Jetibá)	Ônibus	1	80
Rio Possmosser x Santa Maria de Jetibá (Centro) x IFES x Santa Maria de Jetibá (Centro) x Rio Possmosser	Ônibus	1	80
São Luiz x Santa Maria de Jetibá (Centro) x IFES x Santa Maria de Jetibá (Centro) x São Luiz	Ônibus	1	65
Santa Leopoldina (Centro) x IFES x Santa Leopoldina (Centro)	Ônibus	1	66
Santa Leopoldina (Mangaraí) x IFES x Santa Leopoldina (Mangaraí)	Ônibus	1	90
Domingos Martins (Centro) x Ifes x Domingos Martins (Centro)	Micro-ônibus	2	78
Domingos Martins (Centro x Melgaço) x Ifes x Domingos Martins (Centro x Melgaço)	Micro-ônibus	1	90

7.1.1 As informações sobre quilometragem foram extraídas no site [www.der.es.gov.br](http://www.der.es.gov.br), na Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá e no aplicativo Google Maps, além de medidas pela Administração do Ifes.

7.1.2 Poderá ser inaugurado itinerário diferente na região de atendimento do Ifes Campus Centro-Serrano e proximidades, conforme os acréscimos permitidos em Lei, e disponibilidade orçamentária. O preço do quilômetro do tipo do veículo a ser utilizado será de acordo com o tipo de veículo e localidade, dentre os grupos 1, 2 e 3.

7.1.3 Poderá ser solicitado à contratada durante a execução do contrato, apresentação de pelo menos um veículo reserva.

7.2 Quantidades estimada para atender a demanda para 12 meses, com base na tabela 3 e contratações anteriores, e considerando eventuais alterações de rotas com aumento de quilometragem:

**Tabela 4: Estimativa de quantidade de quilômetros rodados em 12 meses**

GRUPO	ROTA	VEÍCULO	QUANT. ESTIMADA KM (12 MESES)
1	Santa Maria de Jetibá	Ônibus	70.000
		Van	18.000
2	Santa Leopoldina	Ônibus	39.000
		Van	18.000
3	Domingos Martins	Micro-ônibus	61.500
		Van	18.000

7.2.1 De acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar (<https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?download=13074>: apostila\_transporte\_escolaraspectos\_regulatorios\_do\_transporte\_escolar), verificou-se, a partir de uma amostra de mais de 2.200 municípios, que os regimes de execução do Transporte Escolar Rural mais comuns são:

- Valor por aluno - Valor por quilômetro rodado - Valor por quilômetro rodado transportando aluno - Valor fixo mensal

7.2.1.1 O levantamento apontou que a opção mais utilizada de execução de serviço é o valor por quilômetro rodado, por cerca de 36% dos municípios. Na presente contratação, será utilizada o tipo de execução, por quilômetro rodado transportando aluno, pois a Administração já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada. Além disso, como não é possível prever a quantidade de alunos ano a ano, por município, tendo em vista que diversos municípios da região são atendidos, não há como saber o quantitativo por município antes da efetivação das matrículas, assim essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos veículos ou alteração nas rotas sempre que necessário.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.162.355,00

**8.1** Segue abaixo tabela com média dos valores levantados no mercado e considerando os valores do contrato anterior com vigência de 20/12/2023.

GRUPO 1						
Rota: Santa Maria de Jetibá						
Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses)	Valor de Referência (R\$)	
					Valor Unitário (R\$) (B)	Valor Global (R\$)

				(A)		(A x B) = (C)
1	Ônibus	2508-9	Km	70.000	10,62	743.400,00
2	Van	2508-9	Km	18.000	8,79	158.220,00
Valor Total (R\$)						901.620,00

GRUPO 2						
Rota: Santa Leopoldina						
Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses) (A)	Valor de Referência (R\$)	
					Unitário (R\$) (B)	Global (R\$) (A x B) = (C)
3	Ônibus	2508-9	Km	39.000	10,35	403.650,00
4	Van	2508-9	Km	18.000	8,79	158.220,00
Valor Total (R\$)						561.870,00

GRUPO 3						
Rota: Domingos Martins						
Item	Veículo	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade (Total Km estimado 12 meses) (A)	Valor de Referência (R\$)	
					Unitário (R\$) (B)	Global (R\$) (A x B) = (C)
5	Micro-ônibus	2508-9	Km	61.500	8,99	552.885,00
6	Van	2508-9	Km	18.000	8,11	145.980,00
Valor Total (R\$)						698.865,00

8.2 Informamos que o mapa de apuração de preços será providenciado na etapa do termo de referência.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 A contratação será parcelada por rotas por município, de forma que cada município será um lote, para que haja ampla concorrência entre os licitantes. No histórico de contratações desta Administração observou-se não ser vantajoso contratar em forma de bloco, uma vez que a junção das rotas proporcionou a diminuição na atratividade das mesmas, devido às limitações para que alguns transportadores, de menor porte, pudessem realizar todas as rotas abarcadas em um lote, tendo em vista contemplarem 3 municípios. E eventualmente, a possibilidade de lotes fracassados trará maior prejuízo ao Ifes.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 A realização de contratações correlatas e/ou interdependentes não se aplica na presente licitação.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do Órgão, ao Plano Anual de Contratação e ao Planejamento e Gerenciamento de Contratação – PGC.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Em relação à eficácia, a contratação visa atender as demandas logísticas e administrativas no suporte das atividades-meio e fim do IFES, inerentes aos serviços de transportes coletivos.

12.2 Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação de tais serviços e o uso racional dos recursos financeiros.

12.3 Com a contratação pretendida o órgão se beneficiará dos serviços de transportes prestados, garantindo condições adequadas de segurança e conforto aos usuários e redução das taxas de evasão, suprimindo uma necessidade básica do educando e proporcionando condições para a sua permanência e melhor desempenho escolar.

12.4 Pretende-se ainda atingir os seguintes indicadores:

12.4.1 O transporte dos alunos em condições de segurança.

12.4.2 A efetiva prestação do serviço de transportar o aluno do ponto de embarque à escola e da escola ao ponto de desembarque.

12.4.3 O cumprimento dos horários previstos tanto para o embarque dos alunos quanto para sua chegada à escola e o deslocamento inverso.

12.4.4 As condições de bem-estar dos alunos desde o momento de espera da condução, passando pelo tempo de permanência dentro do veículo, de modo que ao chegar à escola estejam em plenas condições de obter rendimento escolar.

12.4.5 O tratamento dispensado pelos prestadores de serviço aos alunos.

12.4.6 As condições higiênico-sanitárias do veículo;

12.4.7 O atendimento dos requisitos legais exigidos para a execução do transporte escolar rural.



### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Capacitação de servidores, em especial dos que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos a este novo modelo que, além da fiscalização direta do servidor.

13.2 Não foram identificados outros tipos de adequação ou providências a serem tomadas, visto que o órgão oferece ambiente propício à execução do serviço.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Na prestação do serviço verifica-se a possibilidade de aumento da emissão de poluentes devido à utilização dos veículos automotores, representando, portanto, impacto ambiental. Dessa forma, é fundamental que a empresa interessada em atender a demanda observe as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), no que concerne a este assunto.

14.2 atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;

14.3 atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;

14.4 atender, no que couber, à Resolução CONATRAM nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

É preciso levar em consideração os seguintes pontos de atenção que impactam diretamente na contratação: 1) a disponibilidade orçamentária para o objeto; 2) a quantidade de alunos esperada para os próximos anos, que impacta no tipo de veículo e no quantitativo de veículos por rota. A contratação em comento é viável e necessária, levando-se em consideração os pontos explanados anteriormente, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, de apoio à realização das atividades essenciais ao desempenho das atribuições do órgão, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam propiciar a vinda do estudante ao Ifes campus Centro-Serrano.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IRIA BULLERJAHN**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/12/2023 às 14:20:52.

**SILVANA GASPERASSO**

Equipe de apoio

**ELIANE OLIVEIRA ALEXANDRE**

Equipe de apoio

**HELEN GUERRA JACCOUD**

Equipe de apoio

**ADEMAR CIRILO ALTOE JUNIOR**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 03.03 Ata de Registro FNDE 2023.pdf (309.17 KB)
- Anexo II - 03.03 PROPOSTA DE PRECOS FNDE ORE3.pdf (289.06 KB)
- Anexo III - 03.01 Tabelas de Valores-2023\_Seguro CETURB.pdf (105.99 KB)
- Anexo IV - 03.02 Cálculo Capital Social 2023\_CETURB.pdf (126.31 KB)

**Anexo I - 03.03 Ata de Registro FNDE 2023.pdf**



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929  
Telefone: 0800-616161 e Fax: @fax\_unidade@ - https://www.fnde.gov.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2023

Processo nº 23034.036744/2023-75

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com sede no Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco "F", na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.378.257/0001-81, neste ato representado(a) pela **Diretora de Administração, a Sra. LEILANE MENDES BARRADAS**, nomeada pela Portaria nº 1.975 de 09 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1477920, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, processo administrativo nº 23034.028908/2022-18, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, dos tipos ORE 1 4X4, ORE 1, ORE 2, ORE 3, e Ônibus Urbano Escolar Acessível, do tipo ONUREA Piso Baixo, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I *do edital de Licitação nº 06/2023*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE TRANSMISSÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	ORE 1 4X4	Mecânica	MARCOPOLO	Unidade	1000	R\$ 581.878,00	R\$ 581.878.000,00
7	ONUREA PB	Mecânica	MARCOPOLO	Unidade	800	R\$ 648.480,00	R\$ 518.784.000,00
8	ORE 1	Automática	MARCOPOLO	Unidade	180	R\$ 493.553,00	R\$ 88.839.540,00
11	ORE 1 4X4	Automática	MARCOPOLO	Unidade	100	R\$ 689.000,00	R\$ 68.900.000,00
13	ONUREA PB	Automática	MARCOPOLO	Unidade	40	R\$ 680.085,00	R\$ 27.203.400,00
<b>Valor Total</b>							<b>R\$ 1.285.604.940,00</b>

2.2. Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

1ª Classificada – Empresa fornecedora		
CNPJ n.º: 88.611.835/0018-77		Razão Social: MARCOPOLO S/A
Endereço: Rua Irmão Gildo Schiavo, 110		
Cidade: Caxias do Sul	UF: RS	CEP: 95058-510
Telefone: (54) 2101-4188		
Endereço Eletrônico: Silvana.schinatto@volare.com.br		
Representante: Sidnei Vargas da Silva		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF: 6038061328		CPF n.º 377.402.700-59

2.3. Não houve formação de cadastro reserva para esta Ata.

### 3. DAS DEFINIÇÕES

#### 3.1. Para efeito desta Ata, têm-se as seguintes definições:

3.1.1. Órgão Gerenciador: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços, incluindo a regulamentação e a execução do pregão eletrônico, bem como pelo gerenciamento da(s) ata(s) de registro de preços dele decorrente(s).

3.1.2. Fornecedor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira, que desenvolva atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços e que sejam beneficiários de atas de registro de preços ou contratos junto à Administração Pública, decorrentes do certame objeto desta ata de registro de preços.

3.1.3. Órgão Participante de Compra Nacional - OPCN: Órgão ou entidade da administração pública dos estados, Distrito Federal e municípios que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no Registro de Preços, independente de manifestação formal;

3.1.3.1. Para efeitos desta Ata de Registro de Preços, são órgãos participantes de compra nacional os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

3.1.4. Órgão Não Participante - ONP: Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos estabelecidos por meio do Decreto n.º 11.462/2023 e as normas e critérios dos programas e/ou projetos específicos para atendimento às redes de ensino, se for o caso, faz adesão à Ata de Registro de Preços, precedida da manifestação de anuência do órgão gerenciador e da aceitação de fornecimento por parte do fornecedor beneficiário da Ata.

3.1.5. A possibilidade de órgãos não participantes aderirem à ata de registro de preços justifica-se objetivando atender a demandas de entes não abarcados na categorização expressa no item n.º 3.1.3., mas que tenham a necessidade de utilização, para fins educacionais, dos produtos licitados.

3.1.6. Compra Nacional: Compra ou contratação de bens e serviços, em que o Órgão Gerenciador conduz os procedimentos para Registro de Preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados.

### 4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

#### 4.2. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.2.1. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP;

4.2.2. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

4.2.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos, bem como praticar atos de gestão do SIGARPWEB;

4.2.4. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

4.2.5. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

4.2.6. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

4.2.7. Registrar no Portal de Compras os preços registrados com indicação dos fornecedores;

4.2.8. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata nas contratações dela decorrentes.

#### 4.3. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E AOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

4.3.1. Utilizar o Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preço - SIGARPWEB, para realizar solicitação de utilização ou de adesão às atas de registro de preços, bem como para acompanhar o status das solicitações efetuadas;

4.3.2. Contratar os ônibus escolares, obedecendo ao quantitativo solicitado, por meio de instrumento contratual hábil, após o deferimento da solicitação no SIGARPWEB, respeitada a validade da ata de registro de

preços e o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de deferimento do pedido de adesão, para os órgãos não participantes.

**4.4. COMPETE AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS PARTICIPANTES DE COMPRA NACIONAL E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE:**

- 4.4.1. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;
- 4.4.2. Disponibilizar à CONTRATADA a lista de endereços de entrega dos ônibus escolares;
- 4.4.3. Responsabilizar-se pela guarda dos ônibus escolares entregues pela CONTRATADA, bem como pelo seu envio às escolas da sua rede educacional;
- 4.4.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 4.4.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos ônibus escolares, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;
- 4.4.6. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.4.7. Notificar previamente a CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas;
- 4.4.8. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à assinatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

**5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional e qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.462, de 2023.

5.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato da Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Ministério de Gestão e Inovação.

5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 32, I, do Decreto 11.462/2023.

5.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 32, II, do Decreto 11.462/2023.

5.5. Ao Órgão Participante de Compra Nacional (OPCN) e ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.7. Os atos de controle, administração e gerenciamento da utilização desta Ata de Registro de Preços, de competência do FNDE, na condição de Órgão Gerenciador, bem como os procedimentos operacionais prévios à formalização da contratação entre o órgão/entidade contratante e o FORNECEDOR, serão realizados por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARPWEB ([www.fnde.gov.br/sigarpweb](http://www.fnde.gov.br/sigarpweb)), o qual representa objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade (SEI 3854984), Encarte B deste documento, assinado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.3, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.



6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.14. Os fornecedores registrados no cadastro de reserva deverão cumprir com os mesmos requisitos da primeira etapa do controle de qualidade previstos no Caderno de Informações Técnicas - CIT, inclusive no tocante ao prazo de entrega de documentos e amostras, que passará a contar após a publicação da ata de registro de preços e a partir da comunicação formal do FNDE.

6.15. Os fornecedores registrados no cadastro de reserva que não cumprirem com os procedimentos acima descritos terão o seu registro no cadastro de reserva tornados sem efeitos para todos os fins.

6.16. Poderão ser dispensados desses procedimentos o fornecedor que já tiver obtido a aprovação do mesmo produto, mas de região distinta, na primeira etapa do controle do pregão eletrônico.

## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 11. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

11.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo Órgão Gerenciador, e pelos Órgãos Participantes de Compra Nacional, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

11.2. O compromisso de entrega e execução estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do Pregão Eletrônico nº. 06/2023, em conformidade à minuta anexada ao Edital.

11.2.1. Os contratos decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade a que se refere o item 6.1 desta Ata, conforme disposto no art. 34, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/2023.

11.2.2. A entrega do(s) item(ns) deverá ser efetuada no prazo estabelecido no Cronograma de Entrega constante do Edital, o qual será contado após a assinatura do contrato e com termo inicial a partir da disponibilização dos endereços de entrega pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.2.3. Demais obrigações do FORNECEDOR, na condição de CONTRATADO, e dos Órgãos/entidades que se utilizarem desta Ata de Registro de Preços, na condição de CONTRATANTE, constarão do respectivo CONTRATO, em conformidade à minuta anexa ao Edital.

11.3. O fornecedor fica proibido de firmar contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços sem o conhecimento e prévia autorização, quando for o caso, do Órgão Gerenciador.

## 12. DO CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. Os produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços estão sujeitos ao Controle de Qualidade realizado pelo FNDE, pelos CONTRATANTES ou por instituição indicada por eles, na forma disposta nos Cadernos de Informações Técnicas – CIT e nos demais Anexos do Edital.

12.1.1. O Controle de Qualidade poderá ocorrer durante as etapas de produção e a qualquer tempo, durante a vigência desta Ata e/ou dos contratos firmados com o FNDE e/ou com os CONTRATANTES.

12.2. O cumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade dos produtos registrados nesta Ata constitui objeto do Termo de Ciência e Responsabilidade (SEI 3854984) firmado pelo fornecedor na ocasião da assinatura desta Ata (Encarte B deste documento).

12.3. O descumprimento das regras estabelecidas pelo FNDE em relação ao Controle de Qualidade implica descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando o FORNECEDOR ao cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o devido processo legal.

## 13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e do Controle de Qualidade ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela derivados, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, a presente Ata vai assinada eletronicamente pelas partes.

Assinado eletronicamente por:

**LEILANE MENDES BARRADAS**  
Diretora de Administração do FNDE  
Órgão Gerenciador

**SIDNEI VARGAS DA SILVA**  
Marcopolo S/A  
Fornecedor



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEI VARGAS DA SILVA, Usuário Externo**, em 01/12/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE MENDES BARRADAS, Diretor(a) de Administração**, em 01/12/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3858604** e o código CRC **87E8972D**.

## **Anexo II - 03.03 PROPOSTA DE PRECOS FNDE ORE3.pdf**

Ao

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE**

Endereço: Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE

CEP: 70070-929 – Brasília (DF)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023****PROPOSTA DE PREÇO**

- **Nome da Empresa: IVECO**

**Razão Social:** On-Highway Brasil Ltda.**CNPJ:** 36.519.422/0001-15**Endereço:** Rodovia MG-238, S/N, km 73.5, Sala On-Highway, Bloco II, Distrito Industrial Norte Sete Lagoas/MG CEP: 35703-138**Telefone:** (31) 99283-1710**E-mail:** [debora.rocha@ivecogroup.com](mailto:debora.rocha@ivecogroup.com)**Banco:** Santander 033 Agência: 2271 C/C: 13022266-0

- **Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata de Registro de Preços**

**Nome:** DÉBORA ROCHA COSTA**Cargo/função:** SUPERVISORA DE VENDAS AO GOVERNO**Endereço:** Alameda Oscar Niemeyer, 132, 9º andar – 34006-049, Nova Lima, MG – Brazil**CPF:** 049458766-06**RG:** MG-10 415.471 Órgão Expedidor: SSP/MG**Telefone:** (31) 99283-1710**E-mail:** [debora.rocha@ivecogroup.com](mailto:debora.rocha@ivecogroup.com)**Naturalidade:** BELO HORIZONTE**Nacionalidade:** BRASIL

Apresentamos a nossa Proposta para o Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de Ônibus Rural Escolar, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito

ITEM	TIPO E DESCRIÇÃO ORE	QUANT. ESTIMADA do ORE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
3	<b>ORE 3</b> Ônibus Distância Entre Eixos: 5950 MM, Capacidade: 60 Lugares, Cor: Amarela, Potência: 130 CV, Quantidade Portas: Única Transmissão mecânica	3500	Unidade	R\$ 469.499,00	R\$ 1.643.246.500,00

Valor unitário (R\$ 469.499,00): Quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais.

Valor total para 3500 unidades: (1.643.246.500,00): Um bilhão, seiscentos e quarenta e três milhões, duzentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais.

Prazo de validade da proposta: 200 (duzentos) dias, contados da data de abertura do Pregão.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital.

Declaramos que nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas, seguros, manuseio, entrega, e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas neste Termo.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

---

**ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.**  
**CNPJ nº 36.519.422/0001-15**  
DÉBORA ROCHA COSTA  
SUPERVISORA DE VENDAS AO GOVERNO  
CPF: 049458766-06



**Anexo III - 03.01 Tabelas de Valores-2023\_Seguro CETURB.  
pdf**



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS  
DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**VALORES DE CAPITAL SOCIAL E DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - 2023**

TABELA I - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023					
CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28	MÁXIMO EXIGÍVEL
VRTE'S	6.000	9.000	10.000	12.000	120.000
VALOR DO CAPITAL SOCIAL POR VEÍCULO	25.776,60	38.664,90	42.961,00	51.553,20	515.532,00

**VRTE 2023 =**

4,2961

TABELA II - VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (BASE DE CÁLCULO) - ANO BASE: 2023				
CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10 LUGARES	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28
VRTE'S	44.269	70.831	123.954	221.347
VALOR DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR VEÍCULO	190.184,05	304.297,06	532.518,78	950.928,85

**VRTE 2023 =**

4,2961

OBS: Valor de referência do Tesouro Estadual - VRTE para o exercício de 2023 alterado conforme Decreto Nº 5.250-R de 21/12/2022

## **Anexo IV - 03.02 Cálculo Capital Social 2023\_CETURB.pdf**



COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS  
DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**COMO CALCULAR O VALOR DO CAPITAL SOCIAL MÍNIMO DA EMPRESA EM RELAÇÃO A QUANTIDADE DE VEÍCULOS INCLUIDOS NA FROTA  
CADASTRADA NA CETURB/ES - 2023:**

<b>Digite o Capital Social atual da empresa (R\$):</b>					
<b>Capacidade do Veículo (lugares)</b>	ATÉ 10	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28	CAPITAL SOCIAL MÍNIMO CALCULADO
<b>Digite a Quantidade de Veículos da empresa por capacidade</b>					<b>0,00</b>
<b>SITUAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>CAPITAL SOCIAL OK</b>				


Digitar no campo laranja o valor atual do Capital Social da empresa

Digitar nos campos amarelos as quantidades de veículos cadastrados na CETURB por capacidade.

Não preencher este campo verde. Será preenchido automaticamente com o valor do Capital Social necessário, de acordo com a quantidade de veículos e capacidades informadas.

**Tabela de Valor do Capital Social por Veículo e Capacidade**

CAPACIDADE DO VEÍCULO (LUGARES)	ATÉ 10	11 A 16	17 A 28	ACIMA DE 28	MÁXIMO EXÍVEL
VRTE'S / VEÍCULO	6.000	9.000	10.000	12.000	120.000
VALOR DO CAPITAL SOCIAL (VALOR R\$ / VEÍCULO)	25.776,60	38.664,90	42.961,00	51.553,20	515.532,00

VRTE 2022= 4,2961

**Anexo II - 03. Anexo I\_Apêndice II\_IMR.pdf**



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS CENTRO-SERRANO

Estrada Guilherme João Frederico Kruger, S/Nº – Caramuru – 29645-000 – Santa Maria de Jetibá – ES  
27 2234-3000

### **ANEXO V**

## **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR**

### **1. DO OBJETO**

**1.1** Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

**1.2** Este adendo é parte indissociável do Contrato XX/2024 firmado a partir do Edital 01/2024 e de seus demais anexos.

### **2. JUSTIFICATIVA**

**2.1** Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 4 (QUATRO) indicadores de qualidade:

INDICADOR 1 – Atendimento aos requisitos legais exigidos para execução do serviço de transporte escolar

INDICADOR 2 – Tempo de resposta às solicitações da Contratante

INDICADOR 3 – Alocação de veículos em conformidade com o exigido

INDICADOR 4 – Qualidade dos serviços prestados

**2.2** Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.

**2.2.1** Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

**2.2.2** A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

**2.3** As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.



### **3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO**

**3.1** As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas anteriormente.



**3.1.1** A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço (x) =	Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4”
----------------------------------	---

**3.1.2** Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 50 (cinquenta) pontos.

**3.2.** Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixa de Pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
$X \geq 90$ pontos	100% do valor previsto	1,00
$80 \leq X < 90$ pontos	98% do valor previsto	0,98
$70 \leq X < 80$ pontos	96% do valor previsto	0,96
$60 \leq X < 70$ pontos	94% do valor previsto	0,94
$50 \leq X < 60$ pontos	92% do valor previsto	0,92
$X < 50$ pontos	90% do valor previsto	0,90
Valor devido mensal =	[(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]	